

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 29 DE SETEMBRO A 5 DE OUTUBRO
Nº 164 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU
José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS
Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

"DIA NACIONAL DE LUTA" REÚNE CINCO MIL EM SÃO PAULO

Aproximadamente cinco mil pessoas compareceram ontem à noite na Praça da Sé para protestar contra a má qualidade da vida, representada por alugueis, transportes, alimentação e serviços caros, falta de liberdade de organização política e principalmente pelo desemprego crescente e sem perspectiva de ser detido a curto prazo. A manifestação em São Paulo fez parte do "Dia Nacional de Luta", decidido na 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat) que recentemente reuniu-se na Praia Grande e foi organizada pelos 54 membros da comissão pró-CUT (Central Única de Trabalhadores) eleitos ao final desse encontro. Um documento elaborado no encerramento da Conclat prevenia que os trabalhadores "querem participar da vida e das decisões nacionais", nas áreas política, econômica e social. Na manifestação de ontem, que começou com concentrações no Largo São Bento, Praça das Bandeiras e Praça da Liberdade, este interesse foi explicitado em faixas, cartazes e palavras de ordem exibidos e gritadas pelos manifestantes. (FSP - 2/10/81)

"DIA NACIONAL DE LUTA" TAMBÉM COMEMORADO NAS OUTRAS CIDADES DO PAÍS

Somente no Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Vitória as manifestações do "Dia Nacional de Luta" conseguiram reunir entre duas e três mil pessoas. Nas demais capitais do País, o ato público contra o desemprego, o aumento do custo de vida e outras reivindicações aprovadas pela 1ª Conclat, teve um número bastante reduzido de participantes. Em Salvador, mais de duas mil pessoas se reuniram na Praça Campo Grande, onde, num palanque improvisado em um caminhão, falaram líderes sindicais e de entidades de classe da Bahia, além de representantes dos partidos políticos de oposição. O ato público foi tranquilo e os organizadores evitaram sair em passeatas pelas ruas do centro de Salvador. A mesma tranquilidade não se verificou no Rio de Janeiro, onde foram efetuadas prisões e montado um grande aparato policial-militar. Sob forte tensão, cerca de duas mil pessoas se reuniram na Cinelândia, onde falaram líderes sindicais e estudantis, além de parlamentares. Fortaleza conseguiu reunir mais de três mil pessoas, que saíram em passeata organizada pela "Comissão do Congresso de Bairros", da Praça Coração de Jesus em direção ao centro da cidade. Em frente da Prefeitura local os manifestantes reivindicaram "mais creches, postos de saúde, chafarizes e transporte mais barato". Do paço Municipal a passeata andou seis quilômetros até o Palácio da Abolição. Uma comissão expôs ao governador os principais problemas enfrentados pela população, pedindo-lhe que "esqueça um pouco da burguesia e lembre mais do pobre que sofre, trabalha e luta pela grandeza do País". Em Vitória, sem a participação de partidos políticos, o ato público reuniu cerca de três mil trabalhadores coordenados pela Frente Sindical. A manifestação realizou-se na praça 8 de Setembro e não houve qualquer incidente, terminando com uma passeata. Em Belo Horizonte, o "Dia Nacional de Luta" reuniu, em manifestação na praça Rui Barbosa, cerca de 700 pessoas. (FSP - 2/10/81)

COMISSÃO DEIXA NO PROTOCOLO DO PLANALTO DOCUMENTO DA CONCLAT

O vice-presidente em exercício, Aureliano Chaves, por não ter audiência marcada, não recebeu o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva, Lula, e cinco outros representantes sindicais que estiveram no Palácio do Planalto para entregar ao chefe do governo o documento resultante da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Con

clat) realizada em agosto passado, em Praia Grande, Estado de São Paulo. Após quase duas horas de espera, Lula e os demais representantes dos trabalhadores na agricultura, na indústria, no setor petroquímico e dos jornalistas deixaram o Palácio. Ainda no saguão do térreo, redigiram uma nota à Imprensa denunciando a negativa como "a falta de interesse do governo pelas questões que interessam diretamente à classe trabalhadora". (FSP - 2/10/81)

METALÚRGICOS DE SANTO ANDRÉ VÃO ÀS URNAS COM QUATRO CHAPAS

A impugnação de candidatos, o xinga-xinga crescente às vésperas do pleito e as manifestações em frente à sede sindical indicam que a temperatura poderá subir muito, esta semana, em Santo André. Os metalúrgicos irão às urnas de terça-feira a sábado para escolher a futura diretoria de sua entidade representativa. Os ânimos estão exaltados e a disputa é acirrada. Os candidatos opositoristas desconhecem o número de votantes, o dia da apuração e o sistema de fiscalização das mesas coletoras de votos. Porém, os quatro concorrentes não acreditam numa vitória nesta primeira fase do pleito, que deverá se encerrar às 23 horas de sábado. Três chapas de oposição e uma de situação disputam a direção da entidade, que foi mantida sob intervenção ministerial de abril de 1980 até fevereiro passado. A intervenção do ministro do Trabalho, Murilo Cedeno, pôs fim à última greve dos metalúrgicos. E desde fevereiro o sindicato é dirigido por uma Junta Governativa - com a missão de convocar eleições democráticas - presidida pelo metalúrgico Antonio Morales, atual candidato de situação que encabeça a chapa 1. Morales, contudo, não cumpriu seu dever à risca. (FSP - 4/10/81)

METALÚRGICOS DO RIO OBTÊM ESTABILIDADE ATÉ JANEIRO DE 1982

Os metalúrgicos do Rio abriram mão de sua reivindicação de aumento de produtividade - tinham pedido 15% sobre o INPC -, aceitando um acordo coletivo no qual se estabeleceu um piso salarial mínimo no valor de Cr\$ 15.504 para os admitidos na vigência do acordo, e a estabilidade no emprego até 15 de janeiro. No caso de ocorrer demissão de qualquer trabalhador, a não ser por motivo de justa causa, entre 1º de outubro e 15 de janeiro de 82, os empresários pagarão o correspondente em salários, como se o trabalhador continuasse no emprego até aquela data. (FSP - 2/10/81)

GREVE ENGARRAFA RECIFE E DEIXA CIDADE SEM ÔNIBUS

Vinte e quatro prisões e, segundo a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, 54 mil usuários sem condução e 200 ônibus parados, com pneus esvaziados, provocando congestionamento - foi o resultado da greve de motoristas de ônibus municipais, deflagrada sem aviso em Recife. A paralisação foi decidida por não terem os motoristas direito ao passe livre, estendido a militares, policiais e carteiros. Começou por volta de 10h e só acabou no final da tarde, quando o Secretário de Transportes, Antônio Luis de Melo, prometeu suspender a proibição da viagem gratuita para motoristas. Até lá, mesmo sem passe, eles poderão viajar de graça, entrando pela porta dianteira. (JB - 2/10/81)

RECIFE PRENDE ATIVISTAS SINDICAIS POR ATUAREM NO MOVIMENTO DOS MOTORISTAS

A Polícia Federal admitiu ontem ter detido dois homens sob a acusação de terem participado da greve dos motoristas como ativistas. José Casimiro da Silva e Francisco Rosemberg Falcão foram identificados como ele

~~tricitários e, em nota oficial, a Intersindical protestou contra as prisões, afirmando que eles distribuíam panfletos convocando para o Dia Nacional de Luta. Os dois eletricitários foram detidos no Centro da cidade e ouvidos no DOPS. O Secretário de Segurança Pública disse que os 26 detidos poderão ser acusados por crimes contra transportes públicos, conforme previsto no Código Penal, descartando a possibilidade de virem a ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. (JB - 3/10/81)~~

A POLÍCIA DO PARANÁ INVADE ACAMPAMENTO E PRENDE PROFESSORES

A Polícia desmobilizou ontem à tarde o acampamento dos professores da rede estadual de ensino, em greve há três semanas, que estavam instalados próximo ao Palácio Iguazu desde a madrugada de quinta-feira. Mais de 300 policiais militares participaram da operação, além de policiais civis. O acampamento foi cercado, e os grevistas obrigados a se retirar sem qualquer oportunidade de recolher seus pertences. Durante a operação foram presos 20 professores e alguns representantes de entidades estudantis. Nenhum dos membros da diretoria da Associação Paranaense de Professores estava presente durante a desmobilização. Eles estavam reunidos na cidade de Ponta Grossa, a 100 quilômetros de Curitiba, onde uma assembléia com mais de três mil participantes decidira pela continuidade do movimento. Mesmo assim, os professores que estavam no acampamento procuraram organizar-se, evitando a retirada. Os policiais, porém, não permitiram a permanência dos manifestantes em nenhum ponto da avenida Cândido de Abreu, que dá acesso ao Palácio Iguazu. Com bastante violência, os policiais expulsaram os professores que entoavam cantos, hinos e até mesmo orações, muitos deles chorando. As prisões geraram protestos de grande número de professores, pois em alguns casos houve violência por parte dos policiais. Também os jornalistas presentes não puderam realizar seu trabalho, ameaçados de detenção. Os presos foram conduzidos para a Delegacia de Ordem Social, onde deverão ser identificados e, segundo informações de agentes de segurança, soltos em seguida. A Comissão de Justiça e Paz e a Ordem dos Advogados do Brasil já estão mobilizadas no sentido de obter a liberação dos presos o mais rápido possível. (ESP - 4/10/81)

MÉDICOS RESIDENTES PARAM PARTE DE HOSPITAL EM MINAS

A greve de 260 médicos residentes da Capital mineira já provocou a desativação de quase metade dos leitos do hospital da Santa Casa de Misericórdia, que se recusa a credenciar sua Residência Médica junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). A paralisação já dura duas semanas e resultou na desativação da maternidade, na terça-feira passada. No setor de pediatria, 60 leitos estão vagos e ocorreu também uma grande queda no número de cirurgias, internações e consultas no ambulatório. Segundo os médicos residentes, a Santa Casa teria condições de atender sua reivindicação de credenciamento junto ao MEC, que implica em maiores gastos, por ter apresentado um lucro significativo no ano passado. (FSP - 3/10/81)

MÉDICOS DE OSASCO (SP) ENCERRAM A GREVE

Terminou ontem a greve que 150 médicos e 50 dentistas da Fusam - Fundação de Saúde do Município de Osasco - haviam iniciado há uma semana por melhores condições de trabalho, depósito do Fundo de Garantia, estabilidade para os grevistas e pagamento de salários atrasados. Das reivindicações, eles conseguiram apenas receber os salários de julho e agosto, pagos ontem. Mesmo retornando às atividades nos 19 postos de saúde e nos quatro pronto-socorros, os médicos e dentistas da Fusam garantiram que irão prosseguir na luta para que as suas reivindicações sejam aten-

didadas. Eles pretendem que, pelo menos, até o final deste ano a Fusam deposite o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que vem sendo descontado desde abril de 1979. (ESP - 2/10/81)

TRABALHADORES RURAIS

TRABALHADORES RURAIS EM PERNAMBUCO FESTEJAM O JULGAMENTO

Os 40 mil trabalhadores rurais dos municípios de Pau D'Alho, São Lourenço da Mata, Jaboatão, Rio Formoso e Barreiros, em Pernambuco, paralisaram as atividades ontem, não em greve, como estava anteriormente programada, mas para comemorar o julgamento do dissídio realizado de madrugada, pelo TRT. A "grande vitória", como a classificaram os dirigentes dos trabalhadores rurais, está na manutenção do índice de 4% de produtividade conquistado no ano passado, que, somado ao INPC de outubro, está belece o piso salarial da categoria de Cr\$ 12.358,19. Além disso, os trabalhadores rurais conseguiram conquistar 20 das 24 reivindicações propostas; as outras quatro não foram julgadas pelo TRT, porque os juizes alegaram incompetência. As principais conquistas, segundo os presidentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, José Rodrigues e José Francisco, respectivamente, foram: a unificação do piso salarial, extinguindo os salários sub-regionais; a manutenção do mesmo índice de produtividade do dissídio anterior; a ampliação de 15 dias de auxílio-doença pago pelas empresas, durante apenas seis meses para o ano inteiro; a manutenção do "13º salário"; o seguro por acidente de trajeto, cobrindo o trabalhador desde o momento em que sai para trabalhar até sua volta à casa; a manutenção da tabela de tarefas aprovadas no dissídio anterior. Estas conquistas foram posteriormente (dia 3) estendidas aos outros trabalhadores da Zona da Mata. (ESP - 1/10/81)

INCRA DESAGRADA LAVRADORES E TENSÃO PODE VOLTAR A PAPUCAIA

Os critérios do INCRA para selecionar os agricultores que ocuparão os 600 lotes da Fazenda São José da Boa Morte, em Papucaia, distrito de Cachoeiras de Macacu, e sua disposição de desalojar 23 famílias que cultivam parte desta área há anos, ameaçam reativar o clima de tensão e litígio na cidade, considerada "área prioritária para a reforma agrária". Em Cachoeira há quase 2 mil famílias que, vivendo de biscates ou encostadas em casas de parentes, esperam chamada para ocupar as terras da fazenda. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais se queixa de não participar da escolha, embora conheça cada lavrador da região e sua potencialidade de trabalho e teme que os verdadeiros agricultores sejam preteridos pelo INCRA, por não terem crédito bancário nem comprovante de comercialização do produto de suas plantações. (JB - 4/10/81)

INCRA ACUSADO NO CASO DOS COLONOS SEM TERRA

O Grupo de Estudos Agrários do Rio Grande do Sul (GEA-RS) acusa, em documento distribuído em Brasília, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o governo do Rio Grande do Sul de "manipulação" do Estatuto da Terra na questão de desapropriação de áreas para o assentamento dos colonos acampados em Ronda Alta. Diz o documento que "a tática mais utilizada, na qual o Incra tem se agarrado, como posição irreversível, é a de que no Rio Grande do Sul inexitem terras ociosas

e que, portanto, não cabe a desapropriação como meio de assentamento dos colonos". "Onde está escrito que uma terra, para ser desapropriada, precisa ser totalmente ociosa?", indaga o documento. Só na região do acampamento, existem, segundo o GEA, 41 mil hectares de latifúndios, distribuídos nas áreas de Nonoai, Campinas do Sul, Ronda Alta, Esmeralda, Chapada e Passo Fundo. Em Dom Pedrito, são mais 380 mil hectares, onde alguns proprietários "aparecem com duas ou três propriedades", observa o documento. Citando um levantamento feito pela Igreja Luterana, o estudo lembra que, "na região de Ronda Alta, há uma oferta de 3.947 hectares de terras à venda, a preços que variam de 100 a 200 mil cruzeiros o hectare". (FSP - 30/9/81)

MINAS TENTA EVITAR EXPULSÃO DE LAVRADORES

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas (Fetaemg) anunciou ontem em Belo Horizonte que seu departamento jurídico vai tentar impedir que o fazendeiro Juscelino Geraldo Martins Carneiro, proprietário da fazenda Saco Grande, em Unai, no Noroeste do Estado, expulse cerca de 300 famílias que cultivam suas terras, algumas há 6 anos e outras há mais de 30. A Fetaemg está examinando a denúncia apresentada por 15 famílias de agricultores, que informaram à entidade não ter contrato de arrendamento com o fazendeiro, mas que sempre fizeram pagamentos a ele para plantar milho, feijão e arroz na fazenda, onde, segundo os trabalhadores, "Juscelino Carneiro não aparecia há mais de 20 anos". De acordo com os denunciadores, há cerca de 300 famílias na área que o fazendeiro quer desocupar, que já estão com as terras preparadas para o plantio. (ESP - 30/9/81)

MULHERES VÃO AO MINISTRO DA JUSTIÇA DENUNCIAR VIOLÊNCIAS CONTRA POSSEIROS NO PARÁ

Acompanhadas pelo Deputado Airton Soares (PT-SP), Maria Rocha Alves e Marli dos Santos Macedo, cujos maridos ficaram garantindo a posse da terra, denunciaram ao Ministro da Justiça a prática de violências contra 400 famílias de posseiros da Fazenda Tupã-Ciretã, em Conceição do Araguaia, no Pará, de propriedade do Banco do Comércio e Indústria (Comind). Eles estão fazendo nossos maridos virar mulher para os outros, engolir ponta de cigarro e roer osso. Eles arrastam nossos filhos pelas orelhas e perguntam qual delas devem cortar primeiro - disse Maria Alves, que responsabilizou pela violência o oficial de Justiça Maurício de Abreu e Castro, contratado, segundo ela, pelo Comind. (JB - 2/10/81)

POSSEIROS JUSTIFICAM AÇÃO CONTRA AGENTES NO ARAGUAIA

Um grupo de posseiros vindos de São Geraldo do Araguaia, em companhia da viúva Oneide da Costa Lima, e do padre François Glory, vigário substituto naquela localidade do Município de Conceição do Araguaia, denunciou ontem à tarde, na sede da CPT, em Belém, que as acusações que alguns posseiros presos na Polícia Federal estão fazendo contra os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou só podem ser fruto de pressões e de torturas psicológicas agravadas pelo rigor da prisão que já está no seu 42º dia. Alfredo Gomes da Silva e Félix Resplandes da Silva afirmaram que foram presos juntamente com outros posseiros - 26 ao todo - logo após os incidentes do dia 13 de agosto, que resultou na morte de um capataz de fazenda e em ferimentos em quatro agentes federais e em um funcionário do Getat. E nos primeiros interrogatórios, ainda em São Geraldo, tanto o posseiro João Matias como Simplício foram unânimes em afirmar que "quem mandou nós atirar foi nossa precisão... Do jeito que nós tava não tinha jeito. Nós pensava que eles eram pistoleiros e atiramos pra nos defender", segundo palavras do posseiro Alfredo Gomes. Já Félix

Resplandes, que chegou a escrever uns poemas de cordeiro sobre o conflito de Cajueiro, disse que toda a culpa dos incidentes recai no executor do Getat, na área de São Geraldo, Carlos Chaves, que para os posseiros tem um comportamento, mas diante do proprietário da fazenda Guanabara (ex-Fortaleza), onde ocorreram os incidentes do dia 13, "tem outro completamente diferente e chega a tremer de medo". Por sua parte, o posseiro Pedro Alves da Silva disse que as esposas de alguns posseiros que estiveram em Belém, na semana passada, foram instadas a aceitar dinheiro de alguns agentes da Polícia Federal para retornarem a São Geraldo, e abandonarem a custódia que em Belém receberam da Comissão Pastoral da Terra. Uma delas - segundo a denúncia - teve nas mãos 2 mil cruzeiros, mas recusou a oferta, devolvendo o dinheiro e deixando o prédio da PF tão sem dinheiro como quando havia entrado. Os posseiros visitaram ontem os presos e posteriormente deram uma entrevista coletiva na CPT onde Oneide da Costa Lima, que fora presa juntamente com os padres Aristides e Gouriou, confirmou os maus tratos e ofensas morais recebidas, além de até hoje continuar sendo vigiada por agentes federais para qualquer lugar aonde vá. (FSP - 30/9/81)

POSSEIROS QUEREM DESAPROPRIAR ÁREA

A Frente Nacional do Trabalho promoverá uma concentração de apoio aos posseiros da fazenda Vista Grande, em Miracatu, SP, no dia 18 de outubro, às 9 horas, em que será pedida a desapropriação da área por interesse social, "via Constituição Federal". As 32 famílias que ocupam áreas na fazenda Vista Grande, cada uma com 10 alqueires - algumas instaladas no local há mais de 20 anos - estão sendo constantemente ameaçadas, segundo a Frente Nacional do Trabalho, por Ângelo Pappalardo, que tem usado violência com o intuito de expulsá-las das terras. (FSP - 1/10/81)

ÍNDIOS

FUNAI SE ESQUIVA DE FALAR SOBRE DENÚNCIA DE ANTROPÓLOGOS

Os dirigentes da Funai procurados ontem, em Brasília, esquivaram-se de se manifestar sobre a denúncia da presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durhan, segundo a qual alguns critérios apontados pela Funai como indicadores de indianidade "são perigosos, fascistas e racistas". Eles adiantaram apenas que o órgão tomou conhecimento das acusações e que sobre elas se pronunciará hoje, provavelmente em nota oficial. Ainda ontem, o deputado peemedebista Ronan Tito, de Minas Gerais, propôs que na direção da Funai sejam colocados antropólogos e indigenistas "que tenham maior sensibilidade para viver e conviver com os problemas dos índios", substituindo-se, assim, "uma posição militar, que impede os índios de irem se desenvolvendo de acordo com a sua cultura e com as suas tradições". (NOTA: ver última página) (FSP - 5/10/81)

FUNAI OCULTA ESTUDOS OFICIAIS

Os representantes das entidades de defesa do índio, reunidos em Brasília neste final de semana, distribuíram ontem um comunicado à imprensa acusando a Funai de "transformar os documentos sobre os índios em arquivos sigilosos, absolutamente distanciados do conhecimento da opinião pública, e configurar as decisões sobre definição de reservas indígenas em casos do Conselho de Segurança Nacional, excluindo-as da considera-

ção das necessidades dos povos indígenas". Entre os documentos da Funai mantidos em sigilo encontra-se o estudo sobre "Critérios de Indianidade", espécie de guia para identificação de grupos indígenas a partir de características biológicas, históricas, geográficas e antropológicas. Esse estudo, elaborado por uma equipe chefiada por uma ex-professora de Religião e Filosofia de uma escola de Brasília, já está sendo aplicado e uma das primeiras conclusões do grupo foi negar aos Vassu, índios de Alagoas, a identidade indígena. (FSP - 29/9/81)

CRITÉRIOS DE INDIANIDADE DA FUNAI CONTRA "ÍNDIOS NOVOS" DO SUL DO PAÍS

A Funai esclareceu ontem, em Brasília, que os critérios de indianidade fixados pela Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Fundação não foram aplicados ainda em qualquer comunidade indígena, desmentindo a denúncia feita pelos participantes do III Encontro Nacional das Entidades Indígenas, de que a Funai estaria classificando como não-índias pessoas que vivem em tribos indígenas, como alguns índios também, no Pará, e guaranis, no Paraná. Segundo informações dos assessores da Funai, o trabalho que determinou os critérios de indianidade está pronto, mas não foi aprovado oficialmente pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga. Os assessores afirmam, ainda, que o presidente da Funai decidiu fixar critérios de indianidade, por achar que é inadmissível que em plena década de 70 continuem aparecendo índios novos no Nordeste e no Sul do País. (ESP - 1/10/81)

DEMISSÃO DO CORONEL-PRESIDENTE DA FUNAI NÃO É CONFIRMADA

O assessor de imprensa da Funai disse ontem que as notícias sobre a demissão do coronel-presidente "não passam de boato e ele está voltando no dia 7 de outubro". Os boatos sobre a provável demissão do coronel começaram a circular quando embarcou para a Europa no início de setembro, em seu segundo período de férias neste ano, e se intensificaram nos últimos dias, depois que os deputados federais Antônio Carlos de Oliveira (PT-MS) e Modesto da Silveira (PMDB-RJ) acusaram o coronel de corrupção. Segundo os parlamentares, ele cometeu irregularidades, inclusive em seu próprio benefício, na operação de compra e reforma de um prédio para a Funai - o que também foi desmentido pelo órgão. Segundo assessores do ministro do Interior, o coronel-presidente continua gozando de inteira confiança do ministro e não deverá se afastar do cargo, pois está cumprindo missão". Esses mesmos assessores admitem, entretanto, que o coronel Nobre da Veiga já está "cansado" da Funai e, "considerando ter cumprido a missão de reorganizar o órgão tutor, está disposto a sair". (FSP - 30/9/81)

CIMI ACUSA FUNAI DE ENTREGAR TERRAS A EMPRESAS NO PARÁ

A Fundação Nacional do Índio e o Instituto de Terra do Pará (Iterpa) estão sendo acusados pelo Conselho Indigenista Missionário de liberarem, para as empresas Denasa, Mejer, Grupiã e Swift do Brasil, a área indígena dos também, no município de Viseu (PA), que está sendo invadida também por posseiros, "encorajados por políticos que construíram uma estrada atravessando a reserva indígena". A Funai, segundo a denúncia do Cimi (apoiada em depoimento de cinco líderes também) "está pressionando física e moralmente toda a comunidade para que suas 80 famílias aceitem lotes de terra de 200 hectares ou redução de 90 por cento do território". E recentemente os também destruíram uma ponte dentro da área indígena, por decisão da comunidade, segundo depoimento do líder Joca. Atualmente, existem seis mil posseiros na área, além dos fazendeiros e das empresas. Em agosto passado, a Funai propôs a solução "definitiva" aos também: distribuição de lotes de 200 hectares para cada família, deixan-

do o resto da área para os posseiros e fazendeiros. (FSP - 3/10/81)

TFR GARANTE CRENAQUE NA TERRA DA RESERVA MINEIRA

O ministro William Patterson, do Tribunal Federal de Recursos, concedeu ontem, em Brasília, liminar favorável aos índios crenaques, transferidos em 1970 pela Funai, em um acordo entre fazendeiros e o governo de Minas Gerais, da área que ocupavam no Município de Resplendor para a fazenda Guarani, no mesmo Estado. A liminar foi concedida contra o ato de juiz de Resplendor, Leovigildo da Silva Fortes Júnior, que deu ganho de causa ao fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda na ação de reintegração de posse que impetrou. (ESP - 1/10/81)

SURUÍ EXIGEM SAÍDA DE COLONOS DE SUA ÁREA

A morte dos colonos Sebastião Costa Lemes e Almiro de Souza Batista, ocorrida no dia 1º, quando eles invadiram a reserva suruí, representa um aviso aos colonos da região e significa o cumprimento da ameaça feita pelos chefes jovens da tribo, de que não tolerariam mais a entrada de nenhum "branco" para se estabelecer na reserva. Desde 1973, quando a Delegacia Regional da Funai fez as primeiras denúncias de invasões, centenas de famílias já entraram na área. (ESP - 4/10/81)

ÍNDIOS DO AM CONTRA MUNICÍPIO

As nações indígenas do Alto Rio Negro estão protestando contra a criação do município de Iauaretê dentro da reserva florestal que habitam, entre os rios Uaupês, Içana e Jauretê, segundo prevê um projeto de emenda constitucional do governo do Amazonas que já tramita na Assembléia Legislativa. Os indígenas acreditam que a criação do novo município "só trará problemas graves" para as comunidades dos tucano, macu, taracua, tarianos, piratapuaia, dessana e baras, que "passarão a ser explorados mais ainda pelo branco, como foram seus antepassados". (ESP - 2/10/81)

MOVIMENTOS POPULARES

INVASORES SE ORGANIZAM E PEDEM APOIO POPULAR

Os invasores das terras da Agro Comercial Ipê Ltda, localizadas no Jardim Robru, Guaianases, zona Leste de São Paulo, reafirmaram ontem, em assembléia realizada pela manhã, sua intenção de permanecer na área ocupada na madrugada de anteontem e de iniciar a construção de barracos. Demonstrando organização, os invasores montaram no terreno de quase 200 mil metros quadrados duas barracas de "camping", distribuíram "ao povo" um texto mimeografado e apócrifo, no qual reafirmam sua condição de "trabalhadores que precisam de casa para morar", e criaram uma comissão de coordenação. Após a assembléia, de acordo com informações de um dos invasores, ficou decidida a criação de uma comissão composta por dez pessoas, com as seguintes atribuições: manter "contato com entidades de mocráticas", "dar entrevistas à imprensa" e "cuidar da organização interna e distribuição dos lotes". Segundo representantes dos invasores as barracas e o mimeógrafo (ontem, 100 pessoas, aproximadamente, estavam na área), foram cedidos por uma das "entidades democráticas" contatadas, não especificada. Durante todo o dia de ontem, a ocupação principal dos invasores foi dar continuidade à demarcação de lotes de 90 metros quadrados, destocar e roçar o terreno com picaretas, facões e até

mesmo pequenas queimadas. Membros da comissão encarregada do contato com os jornalistas, informaram que já foi feito um levantamento da área ocupada "e ela é suficiente para abrigar as famílias que estão aqui". (FSP - 3/10/81)

PM EXPULSA 24 FAMÍLIAS DE ÁREA EM SÃO PAULO E CERCA TERRENO DE ARAME FARPADO

Um contingente de 1 mil homens da Polícia Militar despejou, ontem, 24 famílias que ocupavam uma área de 3 mil metros quadrados no Jardim Esperança, Zona Sul de São Paulo. A ordem judicial foi cumprida entre choro e manifestações de protesto, com a demolição imediata de duas casas de alvenaria, enquanto o terreno era cercado de arame farpado. Durante cerca de uma hora, as famílias que foram despejadas tentaram negociar o adiamento. "Como o Comandante disse, essa é nossa tática", observou o Comandante do Policiamento Zona Sul, Coronel PM, citando o Comandante Geral da PM, que desocupou a fazenda Itupu, do IAPAS. Referia-se ao forte aparato policial. (JB - 1/10/81)

IGREJA

PRISÃO DE PADRES PREOCUPA CNBB

A situação dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, que depois de um mês de prisão puderam finalmente encontrar-se a sós com o advogado que vai defendê-los, Egydio Salles Filho, continua sendo acompanhada pela CNBB, segundo afirmou ontem, em Brasília, o secretário-geral da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida. Justificou que a prisão dos religiosos e dos 13 lavradores é considerada um "caso grave que exige reparação, o restabelecimento da verdade e um respeito à Justiça, em nome da boa fama dos padres e dos posseiros". De acordo com o secretário-geral da CNBB, "por mais lamentável que seja este caso, não podemos deixar de insistir na gravidade das situações experimentadas pelos trabalhadores agrícolas, como o papa João Paulo II afirma em sua encíclica sobre o trabalho humano. A expectativa - acrescentou - é de que não só se faça justiça frente às acusações indêbitas, mas que a inteira coletividade possa dar ao problema da terra o caráter de urgência e prioridade inalienável que ele exige". (ESP - 1/10/81)

DOM IVO ESPERA MELHOR RELACIONAMENTO ESTADO-IGREJA

Ao comentar o recente comunicado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre o problema de invasão de terras, seu presidente, Dom Ivo Lorscheiter, afirmou que "a CNBB entrou no assunto não só pela questão dos padres franceses", mas também pela "série de acusações, ataques e denúncias contra o modo de ação da Igreja". Em sua opinião, as acusações contra a Igreja "são um pouco onda. Talvez a onda tenha chegado ao seu clímax e talvez esteja baixando agora. No Brasil, as coisas sempre se põem no lugar. Me parece que o clímax da onda tenha sido atingido e que agora as coisas podem desinflar". Dom Ivo também comentou a intenção manifestada pelo Presidente de ter um encontro com a CNBB: "Se ele falou, evidentemente ele tomará a iniciativa. Se houver motivos para a CNBB procurar o Presidente, se vai fazer como se fez com o outro (Figueiredo). Na verdade a CNBB, na semana passada, tomou a primeira iniciativa quando enviou ao Presidente Aureliano, uma cópia do comunicado". (JB - 30/9/81)

ANTROPÓLOGOS ACUSAM FUNAI DE "RACISMO"
E PEDEM SUA REFORMULAÇÃO URGENTE

"Alguns dos critérios apontados pela Funai como "indicadores de indianidade" são perigosos, fascistas e racistas", denuncia a professora Eunice Durhan, presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). A professora, da Universidade de São Paulo, concedeu entrevista à "Folha" junto à sua colega antropóloga Lux Vidal, também da USP, para analisar documento oficial da Fundação Nacional do Índio que fixa os critérios segundo os quais pessoas ou comunidades possam ser reconhecidas como indígenas por aquele órgão do Ministério do Interior. Os "Indicadores de Indianidade" ou "Indicadores de Integração" formam um documento de seis páginas datilografadas em papel timbrado da Funai e que se divide em quatro blocos principais, destacados pelas letras A) "Indicadores apontados pela comunidade científica"; B) "Indicadores apontados pelo Índio (identidade étnica)"; C) "Indicadores ou conceitos apontados pela sociedade nacional"; e D) "Os indicadores apontados pela Funai". O que mais escandalizou as antropólogas foi o fato de "a comunidade científica ser citada no documento sem jamais ter sido consultada". Igualmente os "indicadores" atribuídos à "comunidade científica" insinuam que uma das maneiras de constatar a "indianidade" de uma pessoa humana é examinando-lhe as nádegas, à procura da "mancha mongólica ou sacral"; ou ainda medindo-lhes a "forma ou perfil do nariz". A decisão da Funai, de estabelecer os "critérios de indianidade", foi tomada a 26 de janeiro deste ano, através da "Instrução Técnica Executiva nº 0/2/81", firmada pelo diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC), sr. Ivan Zanoni Hauser. No primeiro item da "instrução", lê-se a resolução de "designar os servidores Neide Dal Poz Brito, Carlos Eduardo Plácido Mills e Marlene de Oliveira Tenório Rego, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Levantamento de Indicadores de Integração". Segundo a Associação Brasileira de Antropologia, nenhum dos três funcionários que levantaram os "indicadores" é antropólogo ou tem qualificação específica para a realização de trabalho de largo respiro sobre a questão indígena. A professora Vidal e a presidenta da ABA garantem que os "Indicadores de Integração" não resistem a uma análise científica séria. Explica a profa. Eunice Durhan: "A única maneira de se saber se uma pessoa é ou não é índio é através do reconhecimento por parte da própria comunidade e da análise dos seus direitos históricos. Em outras palavras, é índio quem se considera e é reconhecido como tal pela comunidade, em oposição à sociedade envolvente." Diante da constatação, as professoras Durhan e Vidal consideram de "necessidade urgente" a reformulação da Funai, "para lhe dar um mínimo de seriedade". E propõem quatro medidas: 1) O fortalecimento do atual Conselho Indigenista, que deve voltar a ser o órgão diretor da Funai e deve ser composto por membros da comunidade científica, dos órgãos governamentais, das instituições interessadas na causa indígena e, principalmente, por representantes das próprias comunidades indígenas; 2) O fortalecimento do Conselho Indigenista implica em que ao menos parte de seus membros não sejam nomeados diretamente pelos órgãos governamentais, mas sim eleitos ou indicados por entidades da sociedade civil; 3) A direção da Funai, assim como a chefia dos órgãos técnicos, devem passar às mãos de pessoas qualificadas; e 4) A reformulação da Funai deve ser feita consultando-se organizações indígenas, associações científicas e entidades de apoio à causa do índio. (FSP - 4/10/81)